

PARLAMENTO EUROPEU



**EDIÇÃO ESPECIAL**

**CONSELHO EUROPEU  
15 e 16 de Dezembro 2005  
Bruxelas**

**DISCURSO DO PRESIDENTE JOSEP BORRELL FONTELLES  
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA**



03/S-2005

*Direcção-Geral da Presidência*

**PT**

**PT**

(Intranet) <http://www.europarl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2005)  
(Internet) <http://www.europarl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2005)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\2005

---

## DISCURSO DO PRESIDENTE

---

### **DISCURSO DO PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU, JOSEP BORRELL, AO CONSELHO EUROPEU DE DEZEMBRO DE 2005**

Muito obrigado por me terem convidado novamente para a reunião do Conselho Europeu.

O actual contexto político europeu torna mais necessário do que nunca um acordo sobre as próximas Perspectivas Financeiras.

Mas não vou fazer com que Vossas Excelências percam um tempo precioso insistindo num assunto que conhecem perfeitamente.

Prefiro começar por recordar que um acordo do Conselho é uma condição necessária, mas não suficiente. É necessário o acordo das três instituições da UE: o Conselho, a Comissão e o Parlamento.

Alguns prefeririam talvez que assim não fosse ou pensam que o PE acabará por ceder às pressões dos governos e aceitará qualquer acordo a que o Conselho consiga chegar.

Seria um erro pensar assim.

O PE deseja ardentemente que o Conselho chegue a um acordo.

Mas tem de ser um acordo que possa ser aceite pelo PE. Caso contrário, não será de grande utilidade.

O PE avaliará o acordo em função da distância que o separe da nossa proposta.

Vossas Excelências já a conhecem. Foi apresentada ao Conselho no passado mês de Junho e não creio que seja necessário recordá-la.

Mas posso dizer-lhes, à partida, que a proposta apresentada pela Presidência do Conselho não tem qualquer possibilidade a ser aceite pelo PE.

Os presidentes dos grupos políticos acordaram em rejeitá-la por unanimidade. E foi o que hoje fizeram saber ao Presidente do Conselho Europeu, ao qual muito agradeço o facto de se ter deslocado esta manhã a Estrasburgo.

Pode dizer-se o que se quiser a respeito do primeiro-ministro britânico, mas uma coisa é certa: não tem medo de agarrar o touro pelos chifres.

Permitam-me agora que teça algumas considerações que poderão ajudar a definir um acordo aceitável para todos.

---

## DISCURSO DO PRESIDENTE

---

### O orçamento e o projecto

Como Vossas Excelências muito bem sabem, um orçamento é o reflexo em números de um projecto político. E, como é evidente, alguns países podem ganhar um pouco no orçamento, mas também perder, e muito, no projecto político da UE.

### A coesão

Um dos pilares deste projecto é a coesão entre os Estados-Membros.

Não é um capricho de generosidade. É uma obrigação que decorre do Tratado de Maastricht.

E, no que diz respeito aos novos Estados-Membros, figura nos Tratados de adesão.

A experiência demonstra que, a médio prazo, a coesão é benéfica para todos e não apenas para os países receptores dos fundos com este nome.

Contudo, neste momento, a coesão é a grande sacrificada das propostas em debate.

O PE rejeitou a primeira proposta da Presidência precisamente por "falta de solidariedade".

E a segunda padece do mesmo defeito.

### Coesão e coerência

Para além de sacrificar a coesão como princípio político, a proposta também reduz a coerência do orçamento, porque os recursos suplementares que atribui à coesão são repartidos segundo critérios arbitrários, sob a forma de "pequenas atenções" a diferentes países.

Pode-se assim chegar a um acordo de mínimos - a soma de pequenas satisfações individuais - em detrimento da coerência do todo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores Membros do Conselho, o PE pede que sejam respeitados os compromissos assumidos para com os novos Estados-Membros e que sejam aplicadas as mesmas regras para todos.

Caso contrário, o alargamento pode não dar os resultados esperados nem por uns nem por outros.

O Parlamento Europeu pede aos países que até à data beneficiaram da coesão que continuem a defender este princípio, ainda que agora sejam outros os beneficiários. Não devem preocupar-se apenas em continuar a beneficiar eles próprios.

Os outros Estados devem recordar-se das vantagens que o desenvolvimento dos países menos avançados representou para eles em termos de maior procura e de maiores trocas.

---

## DISCURSO DO PRESIDENTE

---

### Modificações das regras

O PE não aceitará políticas de coesão diferentes para novos e antigos Estados-Membros.

Convém igualmente usar da maior cautela no tocante às modificações dos regulamentos que propõe a Presidência para que os novos Estados-Membros aceitem as reduções propostas.

Por um lado, estas modificações devem ser aprovadas em co-decisão pelo PE e, por conseguinte, não é suficiente que a Presidência do Conselho as proponha.

E recordo que o que a Presidência propõe implica a aprovação de 45 textos legislativos em co-decisão.

Por outro lado, as modificações não podem transformar as políticas comunitárias em transferências à livre disposição dos Estados. O Parlamento partilha das preocupações da Comissão sobre estas propostas.

### Orçamento minimalista e saldos líquidos

Na realidade, qual é o reflexo do debate que se tem desenrolado até à data no Conselho?

- Uma corrida à redução dos recursos globais, dando a impressão de que o melhor orçamento é o que mais reduz as despesas.
- A consideração dos saldos líquidos de cada país como único critério para medir o êxito ou o fracasso da negociação.

Não é possível continuar assim.

Nestas discussões, a ideia de Europa não é vista como uma solução, mas antes como um problema. E, atendendo a que parece ser um problema, é necessário reduzir a sua capacidade de acção reduzindo o seu orçamento.

Contudo, o melhor orçamento não é o mais pequeno, mas o que permite realizar de maneira eficaz os objectivos propostos.

Esta manhã, o PE votou o orçamento 2006, em acordo com o Conselho.

Prevê recursos de 1,09% do PIB para 25 países.

Mas Vossas Excelências estão a considerar como média para o período 2007/2013 - para 27 países - recursos de 1,03%.

---

## DISCURSO DO PRESIDENTE

---

Acreditam que esta seja uma posição realista? Aquilo que Vossas Excelências propõem não é a manutenção do *statu quo* até que seja possível abordar as reformas em profundidade, mas um verdadeiro retrocesso.

Além disso, sempre que Vossas Excelências se reúnem - basta recordar Hampton Court - propõem que a UE adopte novos objectivos e novos domínios de acção, quer nas suas políticas internas, quer no seu papel como actor global.

Para além da retórica em torno da paixão europeia de cada um, o resultado final não é senão a diluição do projecto.

Concluem-se acordos que são postos em causa quando a tinta ainda está fresca ou assumem-se compromissos que não se podem cumprir.

Não é possível continuar a aumentar o recipiente e a diminuir o conteúdo.

O resultado, repito-o, é o desprestígio do projecto europeu.

A lógica dos saldos líquidos é uma lógica perversa que destrói qualquer espírito comunitário e faz da Europa algo que custa demasiado ou não compensa o suficiente.

Depois, não se surpreendam com os resultados...

Não é possível melhorar o saldo líquido de todos, ao mesmo tempo.

É matematicamente impossível.

E com cada vez mais países, com interesses cada vez mais divergentes, todos tentando melhorar as suas relações com a UE em termos estritamente contabilísticos, e com a unanimidade como regra de decisão, não é surpreendente que o acordo seja cada vez mais difícil de alcançar, nem que as soluções sejam um "patchwork" de interesses nacionais cada vez mais afastado de um projecto coerente.

### *A mais-valia europeia*

Raciocinar nestes termos significa esquecer as vantagens que implica a pertença à União Europeia: a criação de milhões de empregos graças ao mercado interno, ao aumento considerável do comércio intracomunitário, à situação da UE como primeira potência comercial do mundo...

Ainda que nos recusemos a raciocinar em termos de comunidade política, deveríamos fazê-lo, pelo menos, em termos de vantagens globais!

O debate orçamental não pode continuar a ser encarado como um jogo de soma nula, pois isso equivale a negar a mais-valia europeia.

---

## DISCURSO DO PRESIDENTE

---

Para que serve o orçamento da União Europeia?

Para financiar políticas que cremos serem mais eficazes actuadas em conjunto do que separadamente.

Por outras palavras, para dotar as referidas políticas de uma mais-valia europeia.

Nesta perspectiva, não podemos continuar a declarar às nossas opiniões públicas que temos que alargar a Europa cada vez mais, neutralizar os efeitos negativos da globalização, desenvolver políticas comuns no domínio da investigação, da inovação, etc., sem a dotar dos meios orçamentais adequados.

### Receitas e despesas

Seja como for, o debate orçamental implica, inevitavelmente, considerar receitas e despesas.

### Receitas

Como todos sabem, o PE não tem competência em matéria de receitas.

Trata-se de uma anomalia democrática que decorre do peculiar processo histórico da construção europeia.

Terá que ser resolvida um dia, mas certamente não hoje.

É precisamente esta característica que permite a formulação da crítica de que o PE é uma instituição gastadora porque não tem de cobrar impostos aos cidadãos.

Permitam-me duas observações a este respeito.

1. O PE sempre foi mais moderado no aumento das despesas para as quais tem capacidade de decisão do que o Conselho relativamente às suas.
2. Mais tarde ou mais cedo, será necessário rever a política de receitas da UE para que cada país contribua verdadeiramente em função do seu produto per capita.

Poder-se-á assim medir o impacto em termos de redistribuição, ou seja, de coesão das políticas de despesas, e tratar com mais serenidade e racionalidade problemas como a política agrícola ou o chamado "cheque britânico".

### Cheque britânico

Relativamente a esta questão, que se integra na política de receitas, o PE não tem competência, pelo que não tem grande coisa a dizer.

---

## DISCURSO DO PRESIDENTE

---

Não posso, contudo, de deixar de aludir a este espinhoso problema.

O PE considera que a revisão da PAC não é, nem pode ser, razão ou condição para a indispensável revisão do cheque britânico, na medida em que este é fruto de circunstâncias radicalmente distintas das que conhecemos hoje.

A razão pela qual é necessário modificar a lógica de redução da contribuição do Reino Unido para o orçamento da UE é o alargamento e a evidente melhoria da economia britânica, pela qual há que felicitar Tony Blair.

Todos devem contribuir para o esforço necessário para cobrir o custo do alargamento até que este gere benefícios para todos, nomeadamente aqueles que foram os seus grandes impulsionadores.

Uma vez que o alargamento é um fenómeno permanente, também a modificação do cheque britânico deverá ser permanente e não consistir em medidas provisórias e excepcionais que não alteram a lógica do sistema.

### Despesas

#### Recursos globais

A proposta que vai ser examinada, e que o Parlamento Europeu rejeita, é uma proposta para "uma mini-Europa", em termos de ambição, e incompatível com "a maxi-Europa", em termos de extensão geográfica.

Não podemos ter cada vez menos Europa para cada vez mais Europeus.

Tal como afirmou José Manuel BARROSO na sua carta, este orçamento não é compatível com uma Europa moderna, dinâmica, aberta, coerente, sustentável e equitativa.

O acordo final ao qual será necessário chegar, em primeiro lugar entre Vossas Excelências e depois com a Comissão e o Parlamento Europeu, passa inevitavelmente por um aumento substancial dos recursos afectados aos factores geradores de crescimento e de emprego.

#### Despesas agrícolas

Relativamente a esta questão o PE também não tem a última palavra. Permitto-me, contudo, recordar que, em 2002, Vossas Excelências decidiram reformar a PAC de modo a atingir uma redução de 10% das despesas de mercado até 2013. Os efeitos da reforma da PAC, decidida em 2002, fazem-se já sentir no orçamento.

O elemento central desta reforma é o fomento do desenvolvimento rural, que é precisamente o aspecto inovador da política agrícola.



---

## DISCURSO DO PRESIDENTE

---

Ora, curiosamente, a proposta da Presidência efectua graves cortes nesta política de desenvolvimento rural, talvez por saber que os governos são menos sensíveis a esta política de futuro do que às que garantem o *statu quo*.

Por outro lado, é necessário relativizar mais as críticas formuladas à PAC e cessar de proclamar que a liberalização dos mercados é a grande solução para todos os países mais pobres.

Aliás, nas vésperas da OMC, o Comissário Mandelson recordou este aspecto. Uma liberalização ampla seria certamente vantajosa para grandes países como o Brasil e a Argentina, mas não para os países africanos, que estão ligados à UE por acordos preferenciais. Não os podemos sacrificar no altar da liberalização.

### Exame intercalar

O PE pode concordar com a proposta de revisão intercalar do período coberto pelas Perspectivas Financeiras, desde que essa revisão seja ampla e sem ideias pré-concebidas e se processe com transparência e a devida cooperação institucional.

Ontem, nenhum deputado se opôs a este exercício de revisão.

### Necessidade de um acordo e alternativas possíveis

Repito que o PE deseja um acordo, mas não um acordo qualquer.

Não pretende certamente um acordo susceptível de gerar um desentendimento interinstitucional que deixaria a UE sem Perspectivas Financeiras e a braços com uma crise ainda mais profunda do que a vivida actualmente.

### Alternativas

Por conseguinte, é útil conhecer as alternativas que se oferecem em caso de ausência de acordo sobre as Perspectivas Financeiras.

Seja qual for a alternativa para o montante do orçamento para 2007, será mais alta do que a proposta britânica.

Primeira possibilidade: a prorrogação das actuais Perspectivas Financeiras, ano a ano, tal como prevê o Acordo Interinstitucional.

O montante das dotações para autorizações para 2007 ascenderia a cerca de 1,08%.

Segunda possibilidade: um orçamento para 2007.

---

## DISCURSO DO PRESIDENTE

---

Se aplicássemos o disposto no artigo 272º do Tratado, chegar-se-ia a 1,11% do PIB.

Neste quadro anual, o Parlamento Europeu pode, sem o acordo do Conselho, decidir quanto às despesas não obrigatórias.

Como podem ver, existem soluções tentadoras que poderiam ser consideradas, mas é mais desejável chegar a um acordo que possa ser assumido por todas as Instituições.

Em resumo, o PE propõe um orçamento que permita:

- respeitar os compromissos assumidos com os dez novos Estados- Membros;
- prosseguir as políticas estruturais e ambientais;
- desenvolver as políticas de futuro, que são a investigação e o desenvolvimento e o acesso ao conhecimento para todos.

Depois de tanto se ter falado destas políticas, não há nada de novo no projecto.

Numa palavra, e para concluir, ou reduzimos as nossas ambições para a Europa ou a dotamos dos recursos necessários para as realizar.

O Parlamento Europeu é uma instituição fiável e construtiva, tal como ficou recentemente demonstrado aquando do exame da Directiva REACH, bem como por ocasião das negociações efectuadas com a Comissão e com o Conselho (Frattoni e Clarke) que conduziram a um acordo sobre a Directiva "Conservação dos dados" num tempo recorde.

Muito obrigado.

---